

**A RADICALIZAR
DEMOCRACIA**

© autor
1ª edição 2014

Direitos reservados desta edição: Tomo Editorial Ltda.

A Tomo Editorial publica de acordo com suas linhas e conselho editoriais que podem ser conhecidos em www.tomoeditorial.com.br

Editor

João Carneiro

Revisão

Moira Revisões

Projeto gráfico e diagramação

Tomo Editorial

Capa

Tomo Editorial sobre ilustração de Luciano Rodrigues Barbosa

CTP, impressão e acabamento

Gráfica Editora Pallotti, Santa Maria, RS

J82r Jorge, Jairo.
 Radicalizar a democracia. / Jairo Jorge. – Porto Alegre :
 Tomo Editorial, 2014.
 104 p.

ISBN 978-85-86225-88-8

1. Política – Brasil. 2. Política – Rio Grande do Sul (Canoas).
3. Democracia. 4. Cidadania. I. Título.

CDU 32 (81)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca Pública do Estado do RS, Brasil)

Tomo Editorial Ltda. Fone/fax: (51) 3227.1021
tomo@tomoeditorial.com.br www.tomoeditorial.com.br
Rua Demétrio Ribeiro, 525 CEP 90010-310 Porto Alegre RS

A RADICALIZAR DEMOCRACIA

JAIRO JORGE

TOMO
EDITORIAL

Porto Alegre, 2014

Agradecimentos:

A Jahyr e Gasparina pela sabedoria;

A Mário e Isadora pela esperança;

A Thais Pena pela paixão.

Sumário

Prefácio	9
1. DEMOCRACIA	13
Radicalizar a democracia	15
Política e Esperança	35
Comunicar em Rede	37
2. POLÍTICA	43
Lições da crise	45
Renovação ou repetição?	47
As PPPs e o futuro	49
Socialismo XXI	51
3. GESTÃO	54
Gestão Focada no Cidadão	55
Para Canoas melhorar, tem que mudar	61
Paradigma do Diálogo	67
A mudança tem que continuar	76
4. PERIFERIA	83
A periferia é o centro	85
Rodovia e Progresso	90
O desafio da mobilidade	92
5. CONHECIMENTO	94
Apagão educacional	95
Maioria silenciosa	97
Poetas da esperança	99
Paraíso, alimento e machado	101

Prefácio

Giuseppe Cocco

Entre 1989 e 1991, os muros caíram e o neoliberalismo tornou-se o regime discursivo e político de um capitalismo ocidental que podia enfim afirmar sua hegemonia sobre a nova onda de globalização dos mercados e das culturas. O capitalismo parecia afirmar-se como forma universal da humanidade, na dominação total da cultura e da natureza, do homem e do planeta. A expansão do capitalismo parecia ilimitada, e a democracia liberal era decretada como o “fim da história”, um horizonte insuperável de redução dos possíveis a uma única dimensão: a da exploração do homem pelo homem.

Os imperialismos do século XX desmoronavam e com eles as polarizações herdadas do desfecho da Segunda Guerra Mundial. Na virada do século, em um potente esforço de renovação da crítica do capitalismo, Antonio Negri e Michael Hardt propuseram o conceito de *Império*: “um não lugar sem fora”. A nova onda globalizadora subsumia o “segundo mundo” do socialismo real e também o “terceiro mundo” do subdesenvolvimento e das economias “emergentes”. Mais ainda, a expansão mundial do capitalismo ocidental fazia paradoxalmente da China “comunista” a sua “planta industrial” e, ao mesmo tempo, o principal dispositivo de destruição mundial dos direitos trabalhistas conquistados no século XX.

Mas, se não há mais um “fora” e todo o mundo está dentro, as contradições e as lutas que elas carregam passam a ser completamente internas, globalizando-se nos mesmos ritmos da expansão capitalista. No mesmo período em que foi lançado o livro sobre *Império*, grandes mobilizações de multidões globais contestavam a governança da globalização: em Seattle, Praga, Genova. Em Porto Alegre, o Partido dos Trabalhadores promovia o Fórum Social Mundial, ou seja, o terreno e o horizonte de uma globalização desde baixo, democrática. Assim, o *Império* se caracteriza por três formas de soberania supranacional em articulação e/ou conflito

entre elas: a soberania monárquica (o poderio militar dos Estados Unidos que lhe permite intervir em qualquer região do mundo sem contudo conseguir “ganhar” a paz); a soberania aristocrática (o poder do capital financeiro e das Instituições supranacionais de governança do capitalismo global: FMI, Banco Mundial, OMC, Bancos e Empresas Transnacionais) e, enfim, o poder democrático da *multidão*.

Com efeito, Hardt e Negri não visavam apenas apreender a nova forma da soberania supranacional (imperial) do capitalismo global, mas sobretudo queriam colocar as bases de renovação de um perspectivismo, de um ponto de vista capaz de apreender e dar significação à mudança. Isso passou pela reconstituição, por uma reformulação radical, por uma verdadeira revolução: no capitalismo globalizado, o trabalho continua central porque é completamente “outro”. Por consequência, também o ponto de vista do trabalho pode ser afirmado somente a partir de uma radical redefinição do conceito de classe. O trabalho continua central, mas espalhado nas redes territoriais (as ruas das metrópoles) e virtuais (a telefonia móvel e a internet: hoje integradas pela proliferação de *smart phones* e *tablets*). Assim espalhado e difuso, o trabalho material de transformação da matéria passa a depender de seus elementos imateriais (comunicativos, linguísticos, cognitivos) e sua composição sociológica é cada vez mais fragmentada (e precarizada) pelas mil formas de mobilização dos trabalhadores por fora da relação salarial (ou de flexibilização da própria relação salarial, em particular pela terceirização da produção). O capitalismo global reorganiza o trabalho por meio de dois grandes movimentos: o deslocamento das *plantas* industriais na China dos baixíssimos salários e do *trabalho* para fora das fábricas. O “mundo do trabalho” perdeu sua maneira de estar-no-mundo: a dialética entre homogeneidade dos processos de exploração e composição da classe operária não funciona mais. A transformação do trabalho acarreta assim a crise das organizações sindicais e dos partidos das diferentes matizes da esquerda.

A “inovação” capitalista foi fazer trabalhar e cooperar entre eles – entre redes e ruas - um sem número de fragmentos (indivíduos) que cada vez menos conseguem reconhecer entre si suas condições comuns de “explorados” (e constituir-se como “classe”).

O neoliberalismo implica assim um processo de crescente individualização do trabalho, ou seja, de mobilização dos trabalhadores dentro de mecanismos concorrenciais de mercado. Se o capital se expandiu no espaço, a exploração do trabalho expandiu-se também no tempo: todo mundo trabalha o tempo todo (nas redes de internet e telefonia bem como nas redes de transportes públicos) e apenas uma parte desse trabalho é reconhecida. A “informalidade” e “precariedade” que antes marcavam as situações do subdesenvolvimento hoje são produzidas pelos processos de modernização e desenvolvimento. Mas, se o capital explora a cooperação entre os fragmentos de um trabalho que fica cada vez mais espalhado nos espaços e nos tempos das metrópoles, essa cooperação tende a ser cada vez mais independente do capital, incorporando a inteligência da cooperação e desenvolvendo-a numa esfera dotada de níveis crescentes de autonomia: como afirmam Antonio Negri e Michael Hardt, em seu livro *Multidão* (2005), quando são conscientes dessa autonomia, os fragmentos se tornam “uma *multidão* de singularidades que cooperam entre si se mantendo como tais”. A *multidão* é inteligente e produz sua própria inteligência. Os fragmentos individuais (da ideologia neoliberal) que trabalham entre *redes e ruas* podem também mobilizar-se e organizar-se entre as *redes e as ruas*, como uma *multidão* autônoma de singularidades inteligentes. Contudo, como escreve Jairo Jorge, “a inteligência coletiva ainda é uma possibilidade, um objetivo de ser alcançado. A *multidão*, que emerge, não é um sujeito com consciência plena, tem seus desvios e irracionalidades. Os atos de violência mostraram isso; no entanto, não invalidam, em hipótese alguma, o valor genuíno do que aconteceu”.

O que faz a diferença entre fragmentação individualista e recomposição das singularidades cooperantes enquanto *multidão* democrática? As condições políticas que funcionam como marcos do trabalho entre as *redes e as ruas* e que esse mesmo trabalho produz: ou seja, o fazer-se da *multidão* depende da democracia e ao mesmo tempo produz democracia. Jairo Jorge apreendeu perfeitamente esse desafio para repensar a política e a esquerda e não por acaso se propõe apreender o mais novo ciclo de lutas da *multidão*, no Brasil e no mundo: “As manifestações que sacudiram o Brasil não são atos isolados, elas multiplicaram-se nos últimos cinco anos

nas cidades da Islândia, Tunísia, Egito, Espanha, Inglaterra, Estados Unidos, Chile, Colômbia ou Turquia, reunindo milhões de indignados”. A questão não é fazer a apologia das “primaveras” ou de condená-las, mas de assumi-las com a nova condição material e subjetiva dentro da qual a esquerda tem que lutar e se reconstituir: “Entendo - escreve Jairo - que não devemos ter uma visão romântica, nem uma postura cética sobre as mobilizações. Alguns viram nelas as tão sonhadas insurreições revolucionárias, outros o pesadelo do golpismo contrarrevolucionário”. Estamos diante de um novo contexto e, sim, de uma “nova maneira de se fazer política”. Como antes, isso pode determinar mudanças positivas ou regressivas, vai depender de quanto saberemos estar dentro da nova condição: “Creio que estamos vendo o nascimento de uma nova cidadania em escala global, o somatório de milhares de vontades e inteligências que se multiplicam, interagem e compartilham. Não há mais o líder, todos são líderes”.

É nessa perspectiva que Jairo Jorge pauta sua reflexão no horizonte de uma “política de radicalização democrática”, que passa pela necessária renovação da experiência do orçamento participativo de Porto Alegre. Não é por acaso que o aprofundamento democrático que essa experiência proporcionou na virada do século funcionou como um formidável ponto de resistência ao pensamento único neoliberal, tornando-se também a base do Fórum Social Mundial, de uma outra globalização. Hoje Jairo indica claramente o desafio da mudança: *“A participação popular e cidadã não pode ser apenas uma estratégia política ou um instrumento de marketing, ela deve estruturar a ação dos governos democráticos e progressistas. A vontade de todos expressa por cada um, na sua individualidade e ao mesmo tempo de forma coletiva, deve ser o centro da gestão. Um governo com esse perfil precisa ser resolutivo; na medida em que as reivindicações, críticas e ideias chegam à administração, precisamos dar respostas e soluções”.* É ainda no Rio Grande do Sul, dessa vez nas periferias de sua metrópole, que o pensamento de esquerda mostra determinação e inteligência de poder renovar-se e, dessa maneira, permitir à esquerda continuar a fazer existirem a luta e a ética pela emancipação. Nas palavras do Jairo: *“Precisamos levar cada vez mais o cidadão para o centro dos governos de esquerda, dando poder de decisão sobre os investimentos, as políticas públicas e o projeto estratégico da cidade, do estado e da nação”.*